

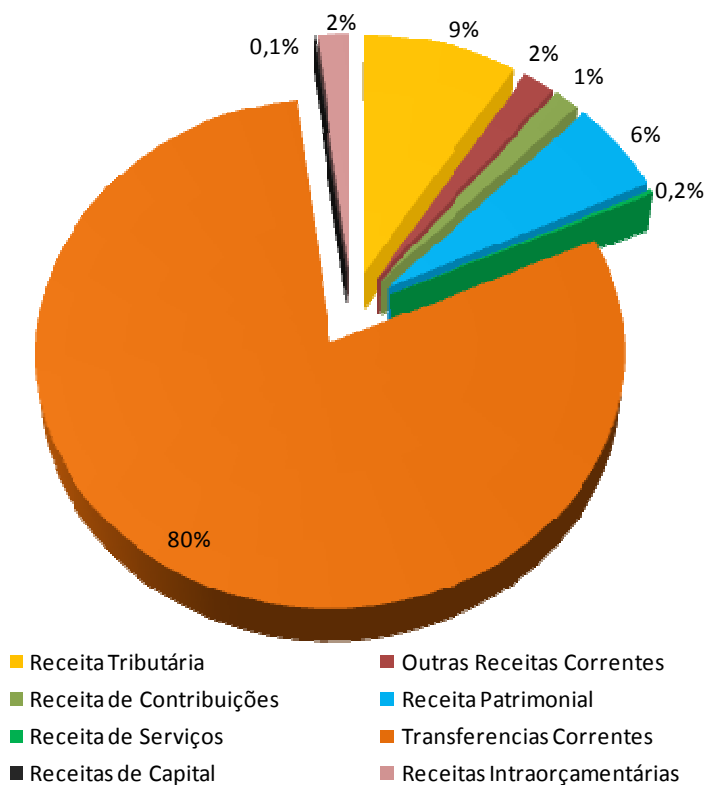
Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 3º Quadrimestre de 2007, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O IX Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 28 de fevereiro de 2008, tratará da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2007.

Como fonte de informação foi utilizado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referente ao 6º bimestre de 2007 e do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º semestre de 2007, publicado no Diário Oficial - Edição 355 em seu Encarte Especial e complementadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 3º Quadrimestre de 2007.

Especificação	Receita Arrecadada
Receitas Correntes	358.394,3
<i>Receita Tributária</i>	31.906,2
Impostos	29.939,1
Taxas	1.967,1
<i>Receita de Contribuições</i>	5.371,0
Contribuições Sociais	4.113,5
Contribuições Econômicas	1.257,5
<i>Receita Patrimonial</i>	20.964,6
Receitas de Valores Mobiliários	20.964,6
<i>Receita de Serviços</i>	852,9
<i>Transferências Correntes</i>	292.647,4
Transferências Intergovernamentais	292.529,0
Transferências de Intituições Privadas	15,0
Transferências de Pessoas	0,4
Transferências de Convênios	103,0
Dedução para Formação do FUNDEB	5.982,7
<i>Outras Receitas Correntes</i>	6.652,2
Multas e Juros de Mora	913,4
Indenizações e Restituições	752,5
Receita da Dívida Ativa	4.784,1
Receitas Diversas	202,2
Receitas de Capital	244,7
<i>Alienação de Bens</i>	27,3
Alienação de Bens Móveis	27,3
<i>Transferência de Convênios</i>	217,4
Transferência de Convênios	217,4
Receitas Intraorçamentárias	6.676,5
Receita de Contribuições	6.676,5
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	359.332,8



Comparando a arrecadação do 3º Quadrimestre de 2006 em relação ao 3º quadrimestre de 2007, verificamos uma queda na arrecadação equivalente a 18%, devido a diminuição das transferências dos recursos royalties, conforme demonstrado abaixo.

R\$ Milhares

Especificação	Receita Arrecadada 2006	Receita Arrecadada 2007
Receitas Correntes	437.890,1	352.411,6
Receita Tributária	27.930,3	31.906,2
Receita de Contribuições	5.460,2	5.371,0
Receita Patrimonial	33.804,9	20.964,6
Receita de Serviços	1.032,2	852,9
Transferências Correntes	364.944,1	286.664,7
Outras Receitas Correntes	4.718,4	6.652,2
Receitas de Capital	477,3	244,7
Alienação de Bens	87,3	27,3
Transferência de Capital	390,0	217,4
Receitas Intraorçamentárias	-	6.676,5
Receita de Contribuições	-	6.676,5
Total	438.367,4	359.332,8

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

2007

2006

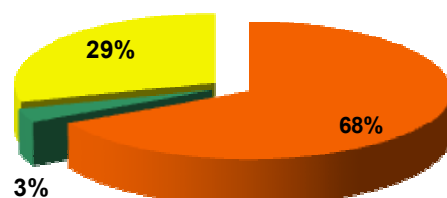
Destacamos o comportamento das receitas tributárias, que teve um crescimento de 14%, o que equivale a 3.975,9 milhões, demonstrando que as ações desenvolvidas de sensibilização do munícipe quanto a importância do pagamento de seus impostos vem provocando um retorno satisfatório.

EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES

Destacam-se o valor referente às transferências e aos ganhos com aplicação financeira dos recursos ROYALTIES, que representam aproximadamente 68% da arrecadação municipal.

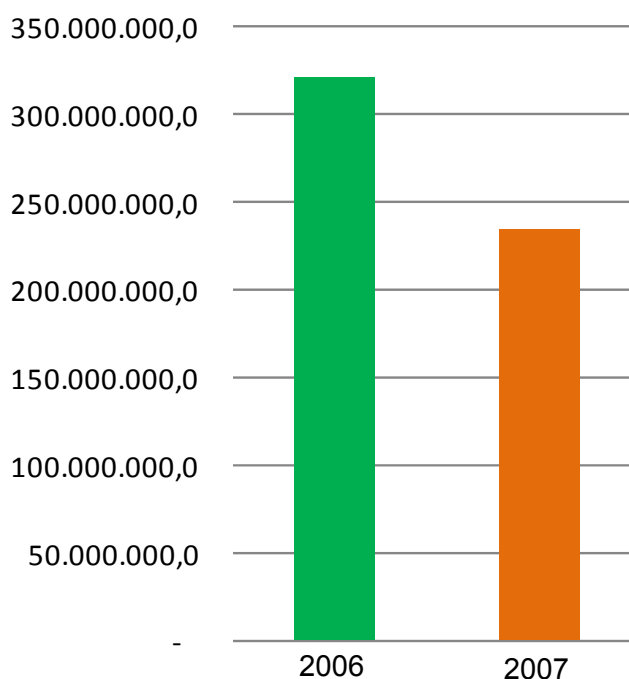
R\$ 1,0

RECEITA		
	2007	
■ Transferencias ROYALTIES	235.265.376,9	68%
■ Aplicação Financeira ROYALTIES	11.168.679,5	3%
■ Outros Recursos	101.866.244,0	29%
Total	348.300.300,4	100%



Comparando o comportamento da arrecadação das transferências dos recursos royalties com o 3º Quadrimestre de 2006, fica demonstrado uma queda significativa em relação a este recurso, em torno de 27%, em valores R\$ 85.424.438,9.

2006	2007
320.689.815,80	235.265.376,90



DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação a Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

R\$ Milhares

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	31.906,1
Receita de Contribuições	5.370,8
Receita Patrimonial	20.964,6
Receita de Serviços	853,0
Transferências Correntes	292.647,3
Outras Receitas Correntes	6.652,5
(-) Dedução da Receita Corrente	5.982,8
(-) Contribuição para RPPS	4.110,9
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	348.300,6

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB




R\$ Milhares

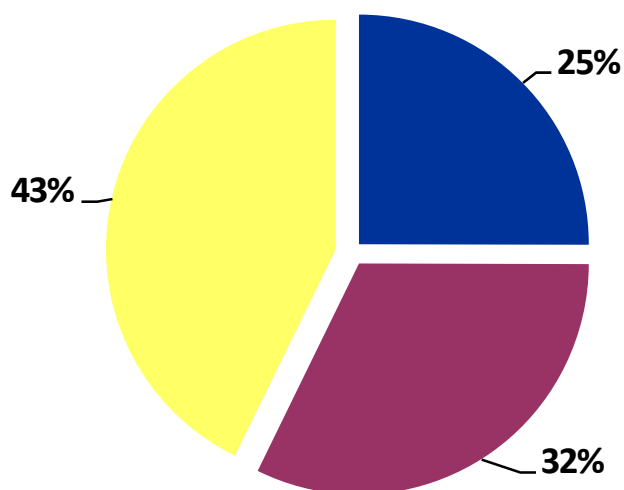
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Pessoal Ativo	101.475,2
Pessoal Inativo	865,8
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos c	80,1
(-) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	781,8
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	101.639,3

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	54,00%	188.082,1
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	178.678,0
Total da Despesa com Pessoal	29,18%	101.639,3

DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos os gastos com pessoal podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

	Folha da Secretaria Municipal de Educação	26.570.187,35
	Folha da Secretaria Municipal de Saúde	34.157.171,00
	Somatório das Folhas das Unidades	45.381.041,65



DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos as ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório foi superado. O município esta obrigado a aplicar 15% das receitas previstas na Constituição Federal. Em nosso caso aplicamos 26,43% destas receitas. Vale destacar que o gasto acima do valor obrigatório foi de R\$ 8.411.038,30 a mais do que seria a obrigação do município. Abaixo demonstramos estes dados.

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 39.583.752,24 com receitas de Royalties.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	29.939.074,61
IPTU	5.465.515,08
IRRF	7.246.830,48
ITBI	4.521.418,75
ISS	12.705.310,30
Transferências da União - (B)	10.690.215,09
Cota-Parte FPM - (100%)	10.442.211,80
Cota-Parte ITR	62.441,06
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	185.562,23
Transferências do Estado - (C)	27.919.422,74
Cota-Parte ICMS - (100%)	25.186.691,98
Cota-Parte IPVA	2.117.081,19
Cota-Parte IPI - (100%)	615.649,57
Demais Receitas Correntes - (D)	5.012.182,80
Multas, Juros de Mora Impostos	451.662,21
Divida Ativa dos Impostos	4.560.520,59
TOTAL - BASE DE CÁLCULO SAÚDE = (A+B+C+D)	73.560.895,24

DESPESA		
Função 10 - SAÚDE		
10.122	Administração Geral	2.174.408,42
10.301	Atenção Básica	3.250.412,43
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.520.365,05
10.305	Vigilância Epidemiológica	1.499.986,69
TOTAL GERAL DESPESA COM SAÚDE		19.445.172,59

Aplicação Constitucional Obrigatória		
Ações de Serviços Públicos de Saúde	15%	11.034.134,29
Aplicação Governamental Efetiva		
Ações de Serviços Públicos de Saúde	26,43%	19.445.172,59

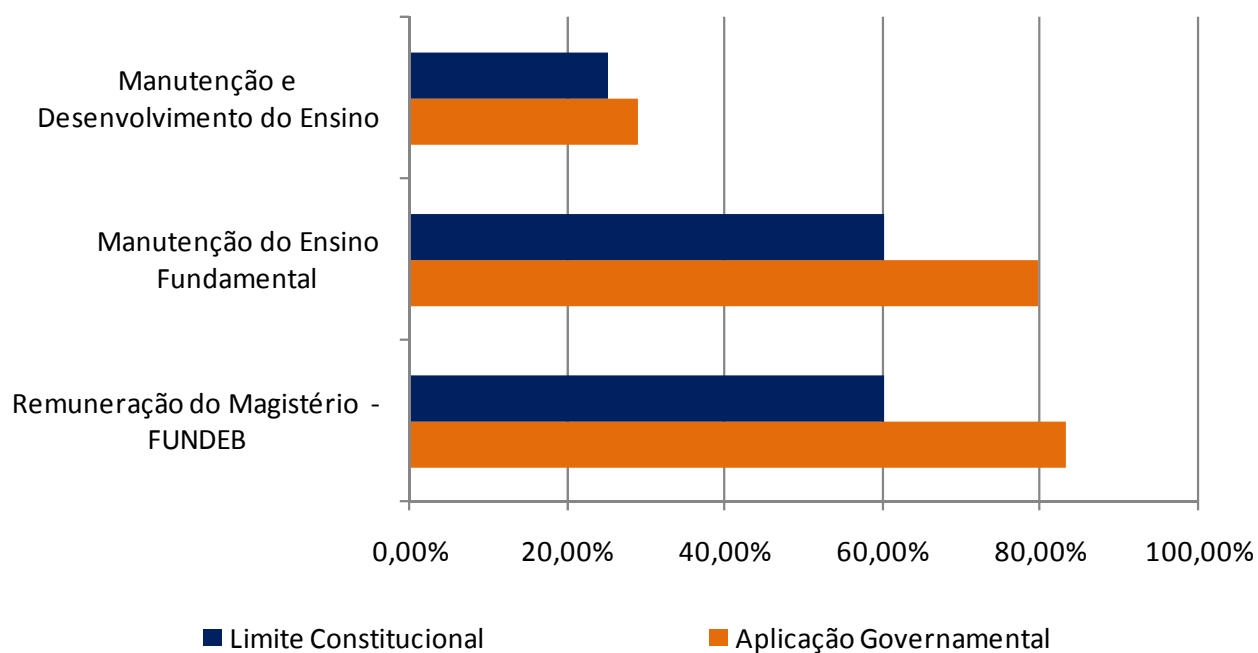
DESPESA COM EDUCAÇÃO

O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício, com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25 % das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 28,99% no 3º Quadrimestre, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	29.939.074,61
IPTU	5.465.515,08
IRRF	7.246.830,48
ITBI	4.521.418,75
ISS	12.705.310,30
Transferências da União - (B)	10.690.215,09
Cota-Parte FPM - (100%)	10.442.211,80
Cota-Parte ITR	62.441,06
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	185.562,23
Transferências do Estado - (C)	27.919.422,74
Cota-Parte ICMS - (100%)	25.186.691,98
Cota-Parte IPVA	2.117.081,19
Cota-Parte IPI - (100%)	615.649,57
Demais Receitas Correntes - (D)	5.012.182,80
Multas, Juros de Mora Impostos	451.662,21
Divida Ativa dos Impostos	4.560.520,59
* TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (E)	14.141.540,35
TOTAL - BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)	73.560.895,24
(-) Deduções para formação do FUNDEB - (F)	5.982.794,13

DESPESA	R\$
Função 12 - EDUCAÇÃO	17.151.359,17
12.122 Administração Geral	1.806.777,69
Contribuição Patronal (IPASRO)	
12.361 Ensino Fundamental - (G)	8.650.216,18
Contribuição Patronal (IPASRO) - (H)	
12.362 Ensino Médio (Quando for significativo)	-
12.365 Educação Infantil - (L)	6.694.365,30
Contribuição Patronal (IPASRO)	
FUNDEB - (Recurso Vinculado) - (I)	14.290.488,53
12.361 Ensino Fundamental	13.797.526,77
Pessoal de Apoio	2.404.891,67
Magistério - (M)	11.392.635,10
12.365 Educação Infantil	492.961,76
Pessoal de Apoio	-
Magistério	492.961,76
TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO	31.441.847,70
(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)	8.158.746,22
TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)	21.327.375,61
TOTAL APLICADO NA MDE = (G+H+I-J)	14.781.958,49

EDUCAÇÃO	Limite Constitucional		Aplicação Governamental	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	18.390.223,81	28,99%	21.327.375,61
Manutenção do Ensino Fundamental	60%	11.034.134,29	79,57%	14.633.010,31
Remuneração do Magistério - FUNDEB	60%	8.484.924,21	83,17%	11.885.596,86



Utilizando os recursos provenientes dos royalties, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou R\$ 28.394.841,12 nas despesas com Educação.

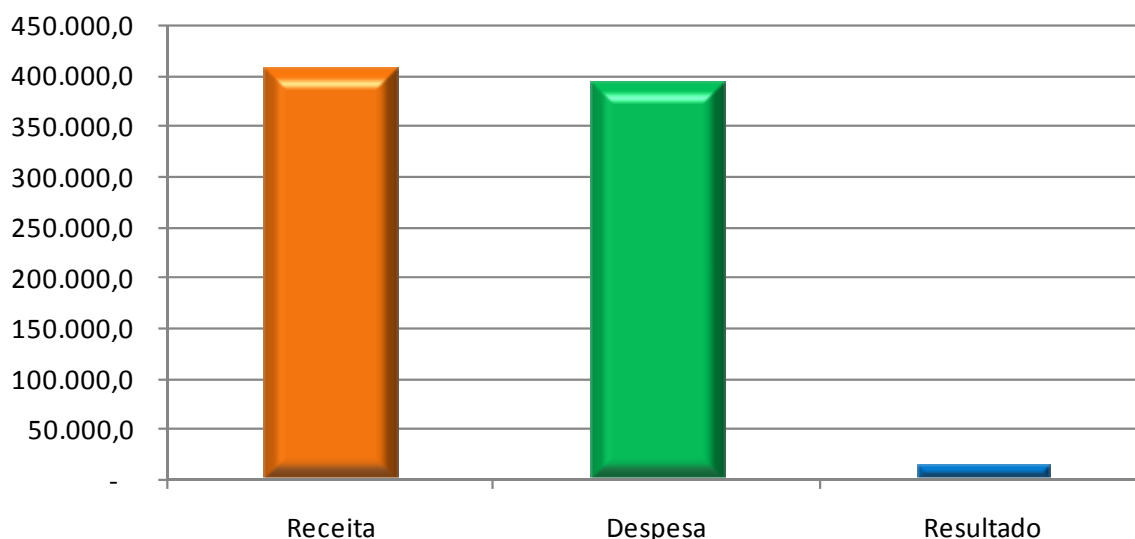
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, o saldo do exercício anterior aberto no período e as despesas realizadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 3º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa realizada sobre a receita arrecadada.

R\$ Milhares

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	359.332,8	Despesas Empenhadas	392.008,4
Saldo Exercícios Anteriores	47.282,1	Resultado Orçamentário Positivo	14.606,5
TOTAL	406.614,9	TOTAL	406.614,9

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

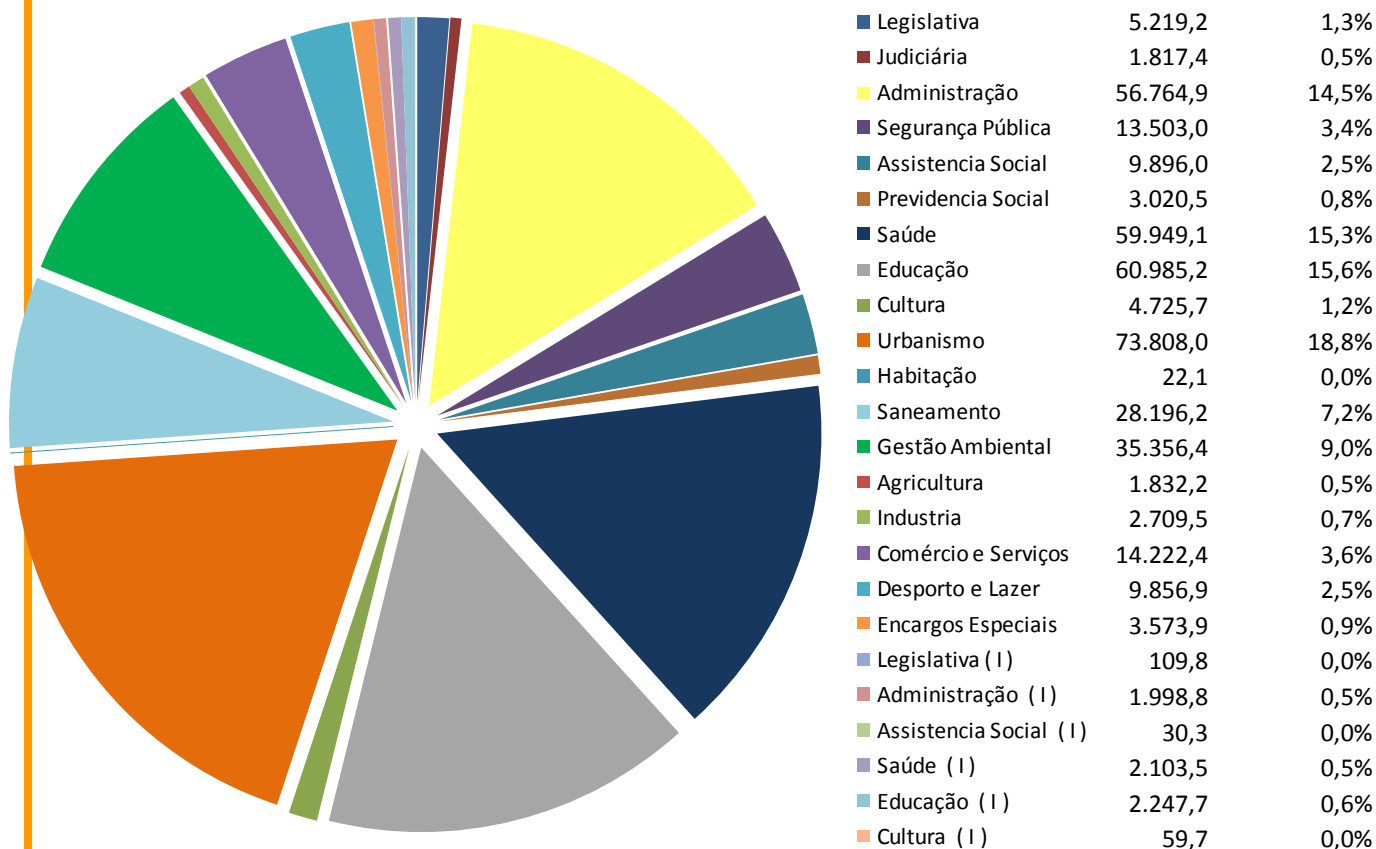


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

EXECUÇÃO DA DESPESA

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, verificamos abaixo onde fica evidente que o volume de receita do município empregada em saneamento e urbanismo, representa aproximadamente 26% do total da despesa empenhada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos em infra-estrutura no município.

Nestes, destacam-se a Implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto, Rede de Distribuição de Água, Restauração e Pavimentação de Estradas e a Pavimentação de Ruas.



Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 28 de fevereiro de 2008.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA
Secretaria Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES
Secretario Municipal de Fazenda